

MP na luta pelo saneamento

O coordenador geral do Centro de Apoio do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, Luiz Eduardo Couto de Oliveira Souto, falou aos participantes do 5º Seminário Estadual de Prefeitos sobre algumas medidas para o incremento dos índices de atendimento à população com sistemas adequados de esgotamento sanitário.

Ele trouxe diversos dados atuais e bem interessantes com relação a falta de saneamento. O coordenador revelou que, segundo a Organização Mundial de Saúde, para cada dólar investido em saneamento básico, cinco dólares serão economizados em medicina curativa (poliomelite, hepatite, diarreia, tifo, cólera, esquistossomose). Outro dado da Fundação Getúlio Vargas é que a chance de uma criança de um a seis anos morrer pelo fato de que não dispõe de esgoto tratado é 27% maior do que por outras causas. Levantamento da ONU (Organização das Nações Unidas) ainda constatou que a falta de saneamento mata 1,5 milhão de pessoas no mundo ao ano.

O representante do Ministério Público disse que o órgão atua em defesa dos interesses sociais. Souto destacou que, segundo o artigo 225, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum da população e essencial à sadia qualidade de vida. Seguindo esses dados, ele lembrou que causar poluição é crime (art. 54 da Lei nº 9.605/98), podendo ser responsabilizados, por ação ou omissão, além dos particulares, também os agentes públicos. Os responsáveis são de titularidade municipal. A Casan exerce em 72% do território catarinense e 28% os próprios municípios são os responsáveis.

"Estão desprovidos de saneamento básico mais de 4 milhões de catarinenses que residem na área urbana, sendo 576 milhões de litros de esgoto despejados diariamente nos mananciais de água superficiais e subterrâneos", relatou. Apenas 37 (12,63%) dos 293 municípios catari-



Medidas para o incremento dos índices de atendimento à população com a rede de esgoto sanitário adequado foram apontadas pelo representante do Ministério Público



Luiz Eduardo
Couto de Oliveira
Souto,
coordenador
geral do
Centro de Apoio
do Meio
Ambiente do
Ministério
Público Estadual



nenses possuem rede coletora de esgoto sanitário implantada e sistema de tratamento licenciado, e 12% das pessoas que vivem nas cidades do Estado são atendidas adequadamente por serviços de esgoto, enquanto a média nacional é de 44%.

Souto acredita que é necessário que aconteçam reuniões para discussão das medidas a serem adotadas em curto, médio e longo prazos, contando com a participação da Fecam, da Casan e de todos os órgãos que possam ajudar ou se envolver no processo. "Temos o PAC, os recursos federais e esse ajustamento de conduta deve ser feito rapidamente pelos municípios para que não se perca o bonde", destacou. O representante do MP disse que se o problema é mesmo a falta de projetos, que os municípios corram atrás, pois o Ministério está pronto a cooperar nessa área.

O coordenador alerta para as leis que restringem as obras no período eleitoral e disse que os municípios devem elaborar o plano municipal e o programa de obras até julho de 2008. Souto encerrou a participação dizendo que o Sul do País é considerada uma região rica, que não precisa de recursos federais. "Aí cabe a nós abrir os olhos para essa situação.

Não podemos desistir antes de estar com o projeto de saneamento básico nas mãos."

Segund
Organização
Saúde, para
ir
saneame
cinco dó
economi
medici